

A ESCRITA DA HISTÓRIA DA FARROUPILHA: ENTRE A CONSTRUÇÃO DA ORDEM E A POLÍTICA PALACIANA

**The writing of Farroupilha's history:
between the construction of order and palace politics**

**Un escrito de la historia Farroupilha:
entre la construcción del orden y la política palaciega**

Fabício Antônio Antunes Soares¹

Resumo:

O presente artigo quer examinar como a operação historiográfica se articula com a construção de sentido na narrativa da historiografia. O período e espaço investigado é a primeira metade do século XIX no Brasil. Isto é, tem-se por objetivo analisar como foi construída a narrativa sobre a Farroupilha no contexto denominado “Construção da Ordem”. Para isso, são analisadas duas obras do político e integrante do IHGB Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, que foram publicadas no respectivo período. Portanto, o problema que norteia o artigo é saber como tais obras/fontes se articulam com a construção da ordem monárquica, por um lado, e, por outro lado, na disputa política palaciana em torno do monarca. Por fim, o artigo infere que, ao analisar tais obras a partir da operação historiográfica, política e historiografia correm em via única para o sentido narrativo das obras examinadas.

Palavras-Chave: História da historiografia. História intelectual. Teoria da história.

Abstract:

This paper aims to examine how the historiographical operation is articulated with the construction of meaning in the narrative of historiography. The period and space investigated is the first half of the 19th century in Brazil. In other words, the aim is to analyze how the narrative about the Farroupilha was constructed in the context known as the “Construção da Ordem”. To this end, two works by the

politician and IHGB member Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, which were published in the respective period, are analyzed. Therefore, the problem that guides the article is to know how these works/sources are articulated with the construction of monarchical order, on the one hand, and, on the other hand, in the palace political dispute around the monarch. Finally, the article infers that, by analyzing these works from the point of view of the historiographical operation, politics and historiography run in a single lane for the narrative meaning of the works examined.

Keywords: History of historiography. Intellectual history. Theory of history.

Resumen:

El presente trabajo tiene como objetivo examinar cómo la operación historiográfica se vincula con la construcción de significado en la narrativa de la historiografía. El período y el espacio investigados es la primera mitad del siglo XIX en Brasil. Es decir, el objetivo es analizar cómo se construyó la narrativa sobre Farroupilha en el contexto denominado “Construcción del Orden”. Para ello, se analizan dos obras del político y miembro del IHGB Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, publicadas en el período respectivo. Por tanto, el problema que orienta el artículo es saber cómo dichas obras/fuentes se articulan con la construcción del orden monárquico, por un lado, y, por otro, en la disputa política palaciega en torno al monarca. Finalmente, el artículo infiere que, al analizar tales obras desde la operación historiográfica, política e historiografía corren en la misma dirección para el significado narrativo de las obras examinadas.

Palabras clave: Historia de la historiografía. Historia intelectual. Teoría de la historia.

Introdução

Em 1845, findava a Farroupilha. Na época, o barão de Caxias publica sua declaração colocando fim ao mais longo conflito iniciado no período regencial brasileiro (FRAGOSO, 1938, p. 277). Também, o imperador decretava a anistia aos farroupilhas e, além disso, o esquecimento do passado. Portanto, dentro do contexto da construção do estado monárquico brasileiro, a Farroupilha deveria ser exorcizada, pois seu intento político feria de morte a integridade do nascente império brasileiro. Explorando o universo intelectual e historiográfico do período, este artigo tem por objetivo analisar duas obras/fontes: a) *Bosquejo histórico e documentado* e b) *Negócios do Rio Grande*, publicadas em 1841 e 1842 respectivamente, que foram escritas por Saturnino Coutinho (1803-1848), político, advogado e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Tais obras são uma narrativa histórica que, por um lado, se articulam com a construção da ordem monárquica do Brasil oitocentista e, por outro lado, são a primeira análise da Farroupilha publicada. Para tanto, a hipótese que norteia o artigo é que Coutinho narra a Farroupilha como uma forma de defesa sua e de seu grupo político no período de consolidação da monarquia.

Para desenvolver a hipótese proposta, o artigo vale-se da operacionalidade analítica de entender as obras *Bosquejo histórico e documentado* e *Negócios do Rio Grande* como uma operação historiográfica (CERTEAU, 2007, p. 65-119). Portanto, um dos caminhos desta investigação é saber como as obras/fontes se articulam com o lugar social, com a prática e a escrita, em outras palavras, como é possível perceber a “operação historiográfica” na historiografia sobre a Farroupilha (RODRIGUES, 2019; SOARES, 2019). Assim sendo, examinar as obras como uma operação historiográfica significa analisá-las como a articulação entre um lugar social, práticas científicas e a escrita de um texto (CERTEAU, 2007, p. 66). Para compreender, portanto, a história da historiografia sobre a Farroupilha (PESAVENTO, 2009; SOARES, 2016), parte-se do pressuposto de que qualquer investigação e narrativa histórica² se encadeia com lugares, práticas e escritas e, também, suas determinações tanto sociais e culturais quanto políticas e econômicas³. Isso acarreta uma forma de proceder na historiografia limitada por condições inerentes ao lugar de sua produção. Esse é, então, um dos requisitos do desenvolvimento da operação historiográfica. Por consequência, além de fornecer, por um lado, a solidez social à escrita da história, por outro lado, o lugar social, a prática e a escrita também a tornam possível e, assim, a escrita da história delinea-se “por uma *relação da linguagem* com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe” (CERTEAU, 2007, p. 76).

Assim sendo, a Farroupilha, ou Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos⁴, foi um conflito militar e político na Província de São Pedro⁵ entre 1835 e 1845. Ela faz parte de um duplo movimento histórico, a montante, faz parte das revoltas regenciais que assolaram o Império Brasileiro em seu início de consolidação (PICOLLO, 1985) e, a jusante, faz parte dos conflitos platinos que varreram a região na constituição de seus Estados-nacionais (GUAZZELLI, 1998). Desse modo, a Farroupilha começou como um movimento de autonomia política da Província, como as demais províncias brasileiras, para um ano depois, tornar a Província de São Pedro uma República separada do Brasil. Igualmente, a Farroupilha tornou-se o pilar central da identidade do sul-rio-grandense, pelas mais variadas práticas simbólicas, ao longo de um século.

Ambas as memórias históricas foram publicadas por Coutinho no início da década de 1840, já com o processo de centralização monárquica liderada pelo Partido Conservador em ação. Assim sendo, em uma esfera pública regionalizada e limitada, a socialização de Coutinho foi na facção áulica nos jornais *A Verdade* e *Sentinela da Verdade*, Universidade de Coimbra e a Guarda-Nacional. No contexto da construção da ordem, há nas obras de Coutinho a disputa política em torno do monarca e do processo de construção e centralização do nascente regime monárquico.

Além disso, sua defesa dos áulicos norteia a interpretação e escrita da obra e, também, é um ponto metodológico importante do artigo.

Portanto, para atingir o objetivo aqui proposto, dividiu-se o artigo em quatro partes. A primeira investiga o lugar social de produção de *Bosquejos* e *Negócios*, isto é, o contexto político e social do segundo quartel no Brasil do século XIX, período em que se ambientou a escrita dos livros. A segunda parte averigua a prática científica exposta nas obras. A terceira parte examina a indissociabilidade do lugar social e da prática científica na operação historiográfica do Brasil oitocentista. A quarta e última parte analisa a escrita da história da Farroupilha em ambas as obras.

O lugar social: contexto social e político

O período imperial brasileiro foi um longo parto do Estado-nação na interpretação de Carvalho (2012). Nesse período, o Brasil consolidou a sua independência, garantiu a unidade da territorial, definiu suas relações externas, fundou uma monarquia constitucional, manteve a liberdade de imprensa, deu os primeiros passos na industrialização e, demoradamente, terminou com o trabalho escravo. O período do Brasil imperial analisado neste artigo vai de 1838 a 1850 e é denominado, por Carvalho (2012), como a construção da ordem – momento em que foram lançados os fundamentos do Estado imperial brasileiro⁶. E é nesse período que estão as duas obras presentemente analisadas. Portanto, à sua maneira, elas participam da construção da ordem. Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho foi o letrado e político que escreveu essas duas obras e, também, foi o primeiro autor a publicar uma memória histórica sobre a Farroupilha. Ele foi também duas vezes presidente da Província do Rio Grande. Publicou suas duas memórias históricas, respectivamente, em 1841 e 1842. Nas suas duas memórias, a escrita está direcionada para a sua defesa pessoal e de seu grupo político, como também para a salvaguarda da jovem monarquia.

Para Carvalho (2012), o período denominado de a “Construção da Ordem” começa em 7 de abril de 1831 quando D. Pedro I abdicou do poder em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, à época com 5 anos de idade. Nesse contexto, em 1831, aumentara a tensão política em torno D. Pedro I. Na oposição a ele estavam liberais, republicanos e os brasileiros em geral incomodados com as práticas despóticas, com a lusofilia do governante e as questões derivadas da luta política em Portugal (BRANCATO, 2004; GONÇALVES, 2012). Com a impossibilidade de seu filho assumir o trono, a abdicação de D. Pedro I deu início a um período de intensa disputa política. Essa época ficou conhecida como o período regencial e durou de 1831 a 1840.

Para Carvalho (2012, p. 87), como na América hispânica, “houve no Brasil instabilidade, revoltas regionais, conflitos urbanos, secessões. A diferença em relação aos países hispânicos foi que o Brasil conseguiu sobreviver ao teste e manter sua unidade política”. O período regencial teve duas fases: de 1831 a 1837 correspondeu ao domínio dos liberais moderados e de 1837 a 1840 foi caracterizado pela reação conservadora.

A resposta inicial à abdicação foi de um alvoroço geral. Entretanto, a percepção de liberdade arrastou a eclosão de revoltas. Para Carvalho (2012), o motivo mais comum para os conflitos foi o antilusitanismo, pois os portugueses ocupavam posições importantes na administração civil e militar e dominavam o comércio. Também, os liberais moderados, no controle do governo da regência, tiveram que lutar com dois problemas: por um lado, a manutenção da ordem pública e, por outro lado, as pressões federalistas. Para solucionar o primeiro problema, criaram a Guarda Nacional com o fim de “colocar a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham algo a defender, isto é, dos proprietários” (CARVALHO, 2012, p. 89) e em relação ao federalismo, a Constituição de 1824 era demasiadamente centralizadora para um país tão vasto. Portanto, em 1834 foi reformada a Constituição por um Ato Adicional. O novo sistema só não foi inteiramente federal porquanto os presidentes permaneciam a serem designados pelo governo central. Assim, “a descentralização de 1834 viabilizou o surgimento de um novo tipo de revolta. O aumento do poder dos governos provinciais fez deles objetos de luta entre as facções locais” (CARVALHO, 2012, p. 90). Dessa forma, por um período de dez anos surgiram várias revoltas regenciais: Cabanagem (1835-1840), Balaiada (1838-1841), Sabinada (1837-1838), Farroupilha (1835-1845) e Revolta dos Malês (1835).

Temendo a desintegração do país, o regente Feijó decidiu renunciar e quem o substituiu foi Pedro de Araújo Lima, político experiente vindo do Primeiro Reinado. Ele era formado em Coimbra, senhor de engenho em Pernambuco, “profundamente conservador e opositor declarado da descentralização introduzida pelo ato adicional [...] tanto o novo regente quanto a nova Câmara apoiavam a reforma do Ato Adicional. Foi o início do movimento que ficou conhecido como regresso conservador” (CARVALHO, 2012, p. 95). Entretanto, quem liderou o regresso foi Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ex-aluno de Coimbra e deputado por Minas Gerais, Vasconcelos era um antigo liberal, ex-aliado do padre Feijó e o autor do projeto de lei do Ato Adicional de 1834. Ele foi chamado para o ministério de Araújo Lima juntamente com políticos ligados à magistratura e à agricultura de exportação⁷. Nesse período, começaram a surgir os dois partidos do Império: o Partido Conservado e o Liberal. Segundo Carvalho (2012), a filosofia dos conservadores, desenvolvida por Vasconcelos, defendia um Estado central forte e um governo baseado nas classes conservadoras⁸.

Receando outras reformas regressistas, os liberais tentaram evitá-las apelando a uma causa popular, a antecipação da maioria do imperador que, pela Constituição, só era possível em dezembro de 1843. O movimento teve apoio da população e em 1840 a maioria de D. Pedro II foi sancionada e os liberais voltaram ao poder. Mas o governo liberal durou apenas um ano e os conservadores de volta ao poder avançaram em seu projeto centralista. Receosos de que muito acúmulo de poder os eliminasse do jogo político, os liberais apelaram às armas. Em 1842, surgiram revoltas em São Paulo e Minas Gerais e foi nessa ocasião que o imperador, já com certa experiência, principiou a fazer uso do Poder Moderador. Ademais, os liberais derrotados em campo de batalha em 1842 foram, dois anos após, chamados ao governo e a anistia foi concedida. Assim sendo, para Carvalho (2012, p. 98) “essa capacidade de arbitramento por parte do Poder Moderador ajudou a legitimar a monarquia” e após a rebelião Praieira “fechava-se com essa revolta o ciclo de rebeliões iniciado após o Ato Adicional. Desse modo, o sistema estabilizou-se sob a hegemonia dos conservadores que se estenderia por cerca de dez anos” (CARVALHO, 2012, p. 98). Portanto, para o autor o ano de 1850 foi um marco divisório na política imperial, pois

[...] o gabinete conservador que assumiu em 1848 derrotou a Praieira e governou, com algumas mudanças, até 1853. Foi o segundo gabinete mais longo do segundo Reinado. Eliminando as revoltas, consolidando o regime, o governo sentiu-se em condições de enfrentar alguns problemas urgentes na área social, econômica e de política externa (CARVALHO, 2012, p. 98).

Também nesse período um novo elemento identitário se criava no século XIX: a nacionalidade (THIESSE, 2001, 2002). A produção de um passado brasileiro, no segundo quartel do século XIX, começou a formação da identidade brasileira. Esta identidade nacional começou a ser construída pela elite letrada tanto na literatura quanto em torno do IHGB. Os limites da escrita sobre o futuro e o passado da jovem nação começavam a ser moldados. A representação da Farroupilha passava por esse controle, por esses espaços de escrita que, também, eram espaços de política.

A prática historiográfica: o IHGB

Em um período em que os letrados são políticos ou agentes do Estado Imperial, há uma articulação dos seus escritos com o interesse do Estado. Desse modo, só publicam, ou participam dos espaços institucionais reconhecidos socialmente à época, aqueles comprometidos com o

interesse do Estado, havendo poucos espaços (havia debates sobre diferentes projetos políticos)⁹ para a produção de algo que divergisse do projeto da monarquia¹⁰.

No campo da produção histórica em 1838 cria-se, no Rio de Janeiro, o IHGB, que desempenharia papel relevante na construção da memória e da história da nação. A partir desse momento, havia um núcleo arquivador e irradiador da história nacional¹¹. No pano de fundo da fundação do instituto

[...] estava a veneração da nação, sendo a história vista como instrumento para elevar seu brilho e sua honra [...] o instituto foi criado no momento em que o país buscava proteção contra a “revolução” [...] os “princípios republicanos anárquicos” são rejeitados e combatidos. A manutenção da monarquia é tomada como garantia e pressuposto para a integração do país (GUIMARÃES, 2011, p. 69).

Na sessão inaugural realizada em 1º de dezembro de 1838, o IHGB manifestava sua conexão com o poder político, porquanto seus sócios invocaram e dispuseram-se sob o abrigo imperial e essa proteção trouxe auxílio político e econômico. Com isso, a monarquia afiançava sua atividade e o IHGB garantia o controle do passado à monarquia. Também, os letrados do IHGB preenchiam outras posições no aparelho do Estado e, desse modo, no IHGB usavam sua escrita para interpretar o passado conforme o controle da construção da ordem¹². Os letrados brasileiros, servidores públicos em sua esmagadora maioria, usaram da sua escrita para produzir a memória e o passado brasileiro¹³. De certa forma, o “Estado” narrava o próprio Estado:

Ao reivindicar a tradição do patronato real para sua Academia, o IHGB preparava a sua incorporação ao Estado Imperial [...] Assim, alinhavam-se os conceitos de estado, nação, pátria e monarca em um conjunto único de referência que deveria responder pelo interesse público, o qual, na concepção desses homens, se confundia com a manutenção dessa conjunção conceitual. Essa nova tarefa de zelador do interesse do Estado e, por conseguinte, do interesse nacional, exigia toda uma série de garantias epistemológicas de verdade para a história que se produzia (ARAUJO, 2008, p. 151).

Os componentes do IHGB partiam do preceito de que seria plausível selecionar exemplos e padrões do passado para o presente e para futuro¹⁴ e, assim, o imperativo da história para o homem de Estado levou a história *magistra vitae* a ser o instrumento desta escrita da história, isto é, retirar do passado exemplos para o presente, de tal modo que as biografias dos “grandes homens” seriam uma constante na revista do IHGB, e ao historiador ciente dos ensinamentos da história competiria o serviço de educar seus contemporâneos a serem fiéis súditos¹⁵. Desse modo, partindo da Capital, a luz deveria alastrar-se por todo Império ajustando-

se à construção da ordem, pois era indispensável controlar a memória, o pensável e o dizível, porque as revoltas regenciais colocaram o projeto de centralização monárquica em questão¹⁶.

O desafio de instituir uma nação foi acolhido pelo Estado e pelos letrados, e a historiografia quis harmonizar a velha lealdade à dinastia reinante com a nova lealdade à nação em construção. Assim sendo, tomava uma restrição com formas estatais distintas de tal modo que “os inimigos da nação são antes as repúblicas sul-americanas vizinhas” (GUIMARÃES, 2011, p. 245). Portanto as condições a partir das quais a historiografia brasileira nasceu tinham um caráter político, pois “o interesse pelo conhecimento do passado, porém entrelaçado com a ação política” (GUIMARÃES, 2011, p. 251). Essa proeminência política na historiografia brasileira em seu começo e a evidência de seu vínculo com os interesses do Estado incidem em quatro temas capitais: a) a construção e legitimação de uma política de centralização; b) a questão indígena; c) a escravidão; d) a problemática das fronteiras¹⁷.

Entre o lugar social e a prática historiográfica: os áulicos

A escrita sobre o passado rio-grandense foi um ponto de suma importância no IHGB¹⁸. Os possíveis arrependimentos e as aventuras separatistas poderiam ressurgir se o passado da Província não fosse bem escrito, bem dito e se não obedecesse ao lugar de escrita, que exigia a construção da ordem. Os nomes da história (RANCIÈRE, 1994) poderiam “matar o rei”, e uma poética dissonante, na Corte e alhures, seria herética. Na Corte, as escritas obedeceram ao lugar de sua produção, isto é, foram escritas com a sua interpretação controlada. E havia apenas uma intriga historiográfica: a construção da jovem nação imperial, pois o trono, o cetro, o imperador, essas eram as referências dos enunciados da escrita. Os nomes da história, tanto próprios quanto históricos, tinham um lugar a respeitar e a obedecer no alvorecer do segundo reinado¹⁹. Assim sendo, esta subdivisão do texto apresenta uma dimensão metodológica importante, pois, na metodologia de Certeau (2007), há uma clara divisão entre o lugar social e as práticas científicas. Contudo, na historiografia oitocentista brasileira e, em especial no período em questão, esta diferença está borrada, isto é, ainda não os meios de disciplinarização e profissionalização que permitam o tipo de historiador acadêmico. Como apontado por Guimarães (2011), política e escrita da história são uma coisa só. Aqui, o objetivo é ver qual seria o ponto de entrelaçamento ou o ponto que borra a distinção entre lugar e prática.

As duas memórias históricas de Saturnino Coutinho, além dos elementos históricos da construção da ordem, têm como particularidade surgirem a partir das disputas políticas palacianas. Palaciano era denominado de áulico desde a corte de Jaime II²⁰. Para Bentivoglio

(2010, p. 188), na linguagem política da época o conceito de áulico assumia um sentido negativo, pois o áulico seria o súdito que vive sob a proteção especial do monarca e, no caso brasileiro, os conselheiros de Estado

[...] eram também chamados áulicos naquele tempo. Vez ou outra, na imprensa também era comum o uso desta alcunha para homens que pareciam ter a proteção de D. Pedro II. Para ser áulico era preciso ser palaciano, ou seja, ter valimento, título de nobreza e frequentar a corte. Mas a denúncia feita em 1847 de que Aureliano Coutinho de Oliveira liderava um grupo que agia nos bastidores do governo imperial manipulando D. Pedro II e interferindo na formação e dissolução dos gabinetes fez com que o termo áulico passasse a se referir exclusivamente ao grupo de Aureliano, ou seja, à facção áulica. A partir de então palaciano era quem vivia na corte, áulico os integrantes da facção áulica e nobre era todo aquele detentor de título de nobreza. Todos os áulicos da facção eram palacianos, mas nem todos eram nobres e a alcunha teve seu teor pejorativo potencializado (BENTIVOGLIO, 2010, p. 189).

Saturnino era o irmão mais novo de Aureliano, o líder da facção áulica. A convivência muito próxima com a família imperial punha os palacianos como intermediários daqueles que ambicionassem a estima do imperador e, igualmente, quem cobiçasse a designação para algum cargo para si e para outrem no rol da administração imperial. Bentivoglio (2010, p. 190) analisa que, com a Independência, era preciso combinar a nobreza hereditária com a de aquisição e “este papel foi desempenhado, dentre outros, por Aureliano. Ele é um elo entre palacianos antigos e novos, do Primeiro e Segundo Reinado”. Portanto, nesse espaço palaciano quem se sobressaía era Aureliano Coutinho. Personalidade próxima do imperador, seu triunfo político foi obtido depois do combate dado aos exaltados no decorrer da regência e no êxito ante José Bonifácio, removido da tutoria de D. Pedro II depois de arremetidas no seu jornal *A Verdade* entre 1832 e 1834. Em seguida, ele escreveu no *Sentinela da Verdade*, que pertencia a seu irmão Saturnino, entre 1837 e 1840. Uma consequência desse jogo político, para Bentivoglio (2010), é perceber que nem só de partidos vivia a política imperial e que o valimento era uma ferramenta para o acesso à burocracia do Estado. Assim, Aureliano foi um membro importante nas redes de poder e sua facção áulica interferiu no jogo político da regência e do Segundo Reinado:

A facção áulica teve seu aparecimento mais efetivamente na abdicação de D. Pedro I e se constituiu numa força política de considerável influência no governo a partir de 1834, após se projetar na corte, superando outros grupos palacianos importantes como os de José Bonifácio, de Holanda Cavalcanti, do marquês de Abrantes, do visconde de Olinda, combatendo Bernardo Pereira de Vasconcelos e resistindo à paulatina projeção do grupo de Honório Hermeto Carneiro Leão, que em 1848 ao lado do visconde de Itaboraí sucedeu em São Cristóvão o prestígio da facção áulica [...] Assim, nos bastidores do poder os áulicos, particularmente, seu líder Aureliano Coutinho, assumiram uma posição estratégica unindo validos do Primeiro Reinado e novos validos, construindo redes de

solidariedade [...] em iniciativas filantrópicas e culturais como um instrumento de projeção social e política (BENTIVOGLIO, 2010, p. 194).

E é com a facção áulica que a criação do IHGB está vinculada. Como escreve Guimarães (1995, p. 482), o personagem principal dessa história “o ponto de interseção, [é] o ministro Aureliano”, pois, com a destituição de José Bonifácio da tutoria do jovem imperador, modificou-se o jogo das forças políticas na Corte. Porém

[...] o prestígio e autoridade do futuro visconde de Sepetiba no circuito palaciano permaneceriam intocados, mesmo após sua queda do ministério, provocada pelas manobras oposicionistas de Bernardo Pereira de Vasconcellos. E, no intrincado jogo de xadrez que foi a disputa pelo governo, na segunda metade do período regencial, à proporção que Vasconcellos avançava, o grupo de Aureliano [...] viu-se obrigado a recuar [...] Apeados dos postos-chaves da Regência, com a subida do “Gabinete Parlamentar”, em 19 de setembro de 1837, onde Vasconcellos ocupou dois ministérios, reduzidos à Quinta da Boa Vista e, por isso mesmo, muito visados pelos adversários, os “áulicos” necessitavam abrir um espaço na Corte. Um espaço aparentemente neutro, que lhes permitisse transpor os jardins da Quinta, facilitando o seu trânsito no cenário político. Neste sentido, podemos afiançar de antemão, nada mais oportuno do que a criação da Academia. Nascida na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Gerada em altos conchavos, nos salões de São Cristóvão. Funcionando, a princípio, numa modesta salinha, cedida pelos seus patrocinadores da Sociedade Auxiliadora, em pouco mais de um mês o IHGB já estaria com os Estatutos aprovados e a primeira mesa diretora eleita (GUIMARÃES, 1995, p. 482).

Não sem razão, quase metade de seus fundadores eram áulicos²¹, como o cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raimundo José da Cunha Matos, além de Aureliano Coutinho de Oliveira, que pertenceu ao quadro de fundadores do IHGB. Januário²² foi escolhido primeiro-secretário perpétuo, Cunha Matos vice-presidente que, ao falecer, assumiu em seu lugar Aureliano. O presidente do IHGB também era um áulico, o político José Feliciano Pinheiro²³. Outro áulico importante no grupo do IHGB seria o político e magistrado Rodrigo de Souza da Silva Pontes²⁴. Consequentemente, pode-se dizer que o IHGB foi idealizado no círculo palaciano²⁵. Assim,

Passo a passo, através das iniciativas acadêmicas, o Instituto se transformou na porta de saída do ostracismo, a que os “áulicos” estavam submetidos, desde o final de 1837. A grande virada, no entanto, só viria ocorrer em 1840, quando se instalou no Rio de Janeiro o “Clube da Maioridade” [...] Indício da trama, na formação do Primeiro Gabinete do Segundo Reinado, figurava como titular do Ministério dos estrangeiros o vice-presidente do IHGB, o deputado Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. A volta dos “palacianos” ao governo significou prestígio crescente para a associação [...] multiplicaram-se verbas e benesses (GUIMARÃES, 1995, p. 485).

Próximos do imperador, os políticos do IHGB faziam questão de manter as aparências e, com isso, suas relações com o monarca seriam protocolares, na mesma medida correspondia o imperador. Segundo Guimarães (1995), em celebrações no IHGB o imperador homenageava a entidade concebida pela sua família palaciana. Pessoas às quais em sua infância o monarca se afeioou tais como Araujo Viana e Aureliano por quem, segundo a autora, o imperador seria fascinado. Assim sendo, acredito que a hipótese de que *Bosquejo e Negócios*, além de serem uma defesa política de Saturnino e dos áulicos, também podem levar a repensar a distinção entre prática científica e lugar social para o contexto observado, em outras palavras, ser “áulico”²⁶ é uma condição política, ao mesmo tempo que é uma condição de possibilidade epistêmica.

A Farroupilha na escrita da história áulica: o caso Saturnino Coutinho

Há um material abundante de narrativas sobre a Farroupilha²⁷. As primeiras memórias históricas sobre a Farroupilha, apesar de serem escritas e publicadas a partir do surgimento do IHGB e seu projeto historiográfico em torno da construção da ordem monárquica, acabaram sendo também uma forma de se acomodar pessoalmente ou a terceiros nesse projeto. Contudo, as duas memórias históricas de Saturnino não foram publicadas na revista do IHGB²⁸. Isso se deve a que

[...] nos tomos iniciais, o IHGB publicava documentos, inventários e ofícios não contemporâneos relativos à Província com muito mais frequência, cedendo pouco espaço a memórias históricas escritas por associados ou não sócios contemporâneos. Isso começou a sofrer alterações em meados de 1850. Porém, persistiu certa postura que evitasse em assuntos que envolvessem o tempo presente (BOEIRA, 2013, p. 36)²⁹.

Desse modo, quem escreveu a primeira memória publicada sobre a Farroupilha foi Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho (1803-1848)³⁰, fluminense, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra³¹. Ele foi deputado pelo Rio de Janeiro em 1833. Tinha 36 anos quando assumiu pela primeira vez a presidência da Província de São Pedro, em 24 de junho de 1839³². Terminou o seu primeiro mandato e retornou à Corte em 27 de junho de 1840. Ocupou vários cargos políticos no Império. Depois de ter sido presidente provincial, foi ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro da Justiça e, interinamente, ministro da Fazenda. Em 1847, foi senador do Império e desde 1840 era membro do IHGB. Escreveu o *Bosquejo histórico e documentado das operações militares na Província do Rio Grande do Sul*, editado no Rio de Janeiro em 1841 ainda durante o conflito.

Saturnino abriu o *Bosquejo histórico*³³ explicando que não foi com o objetivo de justificar-se nem de revelar seus serviços que publicou a memória, mas porque “pouco se sabe na Corte dos feitos ocorridos na província do Rio-Grande” (COUTINHO, 1986, p. 5). Para o bacharel fluminense, a tribuna parlamentar e a imprensa periódica, isto é, onde se encontrariam os adversários da facção áulica, estão ambas mal instruídas e sem documentos oficiais, “têm espalhado notáveis inexatidões; o público julga por aparências, por cartas anônimas estampadas nos jornais, e não faltará quem escreva a história com tão falíveis elementos” (COUTINHO, 1986, p. 5). Por se considerar portador de documentos “oficiais”, ele se considerou no dever, e pela honra, de explicar ao país por que a luta no Rio Grande não terminou. Nisso, acredito que a hipótese de cruzar lugar social e prática científica pode se provar aqui, pois ele não está debatendo com outros “historiadores”, mas com políticos e jornalistas, ou melhor, periodistas. Assim sendo, é importante observar que a memória histórica tem a necessidade de documentos para justificar o que estava sendo escrito, isto é, a memória histórica não avança sem justificação documental, pois precisa comprovar sua veracidade³⁴. Em outras palavras, Saturnino, além de estar procedendo à semelhança da historiografia nascente, ao mesmo tempo afirma que sua escrita é mais verossímil que as falas parlamentares ou as críticas de jornalistas, pois sua operação historiográfica assegura “a sua verdade”. Desse modo, Saturnino visa a que não se escreva a história com elementos falíveis e o que ele quer oferecer seriam elementos infalíveis para que o futuro historiador tenha suporte factual seguro e objetivo e, não sem razão, faz parte do nome do livro a palavra “documentado”, isto é, para assegurar a validade dos enunciados.

Como os outros letrados do século XIX, Saturnino articulava política e escrita em sua memória histórica e, assim, escrevia para que a história fornecesse lições, à moda do IHGB, para quem fosse governar o Rio Grande (e o Brasil):

[...] a história nos dá instruções e avisos importantes; a ligação dos fatos com os sucessos militares é digna de meditação; e, se se quiser tirar partido de experiências anteriores, este bosquejo, ainda que limitado, poderá fornecer uma escala por onde possa medir o presente e o futuro quem tiver de continuar a dirigir os destinos do Rio-Grande e do império (COUTINHO, 1986, p. 5).

O bacharel fluminense, aproximando-se de uma concepção da *historia magistra vitae*³⁵, produziu uma narrativa dos acontecimentos militares e políticos da sua gestão como presidente da Província. Ele também concebeu um plano de operação militar que propunha procurar uma ação decisiva numa batalha na região do vale do Caí, baseada nos ensinamentos de Frederico da Prússia, que em seu livro *O tratado da guerra*, que Saturnino citou com muita frequência, ensinou que o objetivo da guerra é buscar uma batalha decisiva sem fazer ações militares de menor

impacto. Saturnino propôs, então, seu plano ao chefe das armas da Província, o general Manoel Jorge Rodrigues. Desse modo, a sequência de sua memória almeja fazer a sua justificação política de sua administração provincial para a Corte e, com isso, explicar por que razão não debelou os rebeldes. Desse modo, por toda a memória apontou como algoz de seu plano militar decisivo o general Manoel Jorge, pois as morosidades desde logo começaram, desde os primeiros passos de sua execução. O autor escreveu ainda várias vezes para o general sobre a importância de uma ação decisiva contra o inimigo, porém “o Sr. General queria *cercar o inimigo*”³⁶.

Saturnino apontou os erros que frustraram o golpe fatal que ele queria dar na rebelião e que, se executado como imaginava, teria posto termo à Farroupilha. O senador Bernardo de Vasconcelos é mencionado no *Bosquejo*. Nesse momento de sua narração, procura justificar a sua administração provincial na Corte, pois o senador Vasconcelos, em discurso na tribuna, criticou o seu plano decisivo de ação³⁷. Ao seu oponente político, que falava da tribuna do parlamento, respondeu (isto é, debatendo não com um historiador, mas um político): “O Sr. Vasconcelos reconhecerá agora, da quanta importância era essa marcha por Caçapava, que, se fosse executada como foi projetada, podia só por si decidir da pacificação da província, sem mais derramamento de sangue” (COUTINHO, 1986, p. 32). Portanto, o *Bosquejo* visa apresentar sua defesa política em relação aos ataques que sofreu nos jornais e no governo imperial, em relação à sua administração. A obra era uma defesa sua e dos áulicos. Dessa forma, na narração de sua memória histórica, consoante a sua preocupação de defender a si e a seu grupo politicamente na Corte, o presente político invadiu-a para construí-la, pois colocou toda a culpa no Comandante das armas:

Esta carta fez-me ver que o Sr. General não tinha um propósito firme de *procurar um engajamento decisivo* no plano de operações: que no que menos pensava era em aproveitar as suas forças, reunindo o maior número possível, que podia ser o dobro do inimigo, para procurar um combate; e que, se alguma ideia fixa tinha, era só a de não atacar o exército rebelde. Procurei mostrar-lhe a possibilidade e as vantagens deste ataque (COUTINHO, 1986, p. 39, grifo do original).

A memória histórica de Coutinho é focada nas batalhas, nos principais personagens militares monarquistas e na tentativa da execução de seu plano. Sua memória seria, por um lado, fonte para quem for escrever a história, por outro lado, a régua com que se medirão o presente e o futuro, isto é, qual deveria ser atuação política/militar mais correta sobre o conflito militar sulino e, também, assinalando as falhas do “Sr. general” que, segundo o bacharel fluminense, “queria antes acabar partidas dispersas do que o grosso do exército inimigo [...] queria antes, para acabar com os rebeldes, dar-lhes nos braços do que na cabeça” (COUTINHO, 1986, p. 40). A

causa imperial estava em perigo, porém, voltando a escrever com olhos voltados à Corte: “a imprensa o [general Manoel Jorge] tem absolvido de suas graves culpas como general, e procura assinalar causas diversas ao atraso dos negócios, quando só as deve procurar na falta [...] de resolução e de energia do general em chefe do exército imperial, e na sua extrema velhice” (COUTINHO, 1986, p. 89).

Também atacou um artigo, escrito segundo ele por um defensor do general, no jornal *Mercantil* de Rio Grande, em que se comparou o general Manoel ao general romano Fábio, famoso por sua defesa de Roma contra Aníbal, assim, critica este artigo, pois defendia “o sistema de expectativas do Sr. general, e atacando o meu e a mim” (COUTINHO, 1986, p. 90). Igualmente, faz outra crítica à imprensa que “Por estranha contradição, alguns jornais da corte que defenderam o sistema do Sr. Manoel Jorge, combatiam a ideia do cerco que me atribuíam” (COUTINHO, 1986, p. 90). Ora, acredito que neste caso não é possível separar o lugar social e as práticas historiográficas, pois como não havia à época uma distinção entre historiadores, políticos e jornalistas, não se podem desvincular lugar e prática e, neste ponto, acredito que o termo áulico possa representar esta união e, também, o estado atual da historiografia do IHGB. Assim sendo, percebe-se que no *Bosquejo*, mais que elementos para se escrever a história, expõe-se a defesa de seu sistema de guerra, da sua administração e de uma disputa sobre com qual grupo político se comandaria a construção do Estado monárquico brasileiro.

Portanto, ele compreendeu, desde o início da sua presidência, que o general Manoel Jorge não podia dar conta daquela missão. Contudo, ele também sabia que no momento que dissesse isso ao governo “um partido se levantaria a exigir-me provas”. Por esse motivo, era indispensável que o general Manoel desse-as por si, por que “alguns descontentes na corte, que procuravam intrigar-me no Rio Grande, tinham chegado ao excesso de remeter aos chefes de cavalaria cópias de supostos ofícios meus reclamando a destituição e deportação para a corte de alguns desses chefes” (COUTINHO, 1986, p. 91) e, desta maneira, a “causa da monarquia e da integridade do império” (COUTINHO, 1986, p. 91) exigia que Saturnino informasse ao governo das necessidades da Província. Assim, pediu um novo general que o ajudasse, contudo, na imprensa “eu fui censurado porque pedi a substituição do general” (COUTINHO, 1986, p. 93). Novamente percebe-se o quanto este *Bosquejo* foi escrito para rebater as críticas político-administrativas e militares que recebia na disputa entre as facções que rondavam o imperador, isto é, a prática e o lugar estavam entrelaçados de tal forma que se pode avaliar que, diferentemente do que diz Certeau (2007), eles podem ser, dependendo do caso, analisados juntos.

Sabendo que o novo ministério imperial queria reunir no general Soares Andréa³⁸ (1781-1858) as autoridades civis e militares da Província, Saturnino resolveu demitir-se. Contudo, suas desavenças com o general Manoel não acabaram na Província. Saturnino relatou que, ao chegar à Corte, o general disse ao imperador “que a guerra estava acabada, que a província estava pacificada, que os rebeldes estavam reduzidos [...] Eu, chegando dias depois, disse o contrário [...] e pedi a pronta e imediata remessa de toda a força que houvesse disponível na Corte” (COUTINHO, 1986, p. 125).

O antepenúltimo capítulo do livro chama-se “Lições”. Nele, Saturnino quer saber que lições o passado, neste caso sua primeira passagem pela presidência da província do Rio Grande de São Pedro, poderia dar ao presente e ao futuro (político da província para a monarquia). Para o jovem bacharel fluminense, como os republicanos sabiam levar ao ponto máximo a celeridade, era grande a desvantagem da legalidade que erigia em máxima a morosidade. A lição do passado era fazer o que ele tinha tentado fazer: o seu sistema de guerra de um combate decisivo.

Saturnino Coutinho voltou à Província, para a sua segunda presidência, em 17 de abril de 1841, e nela ficou até nove de novembro de 1842³⁹. A segunda memória, referente à sua segunda passagem no comando da Província, é “sobre as causas concorrentes para a malogração das operações do Passo Fundo, em novembro e dezembro de 1840” (COUTINHO, 1986, p. 3). Esta segunda memória histórica, *Negócios do Rio Grande*, foi publicada em 1842 no Rio de Janeiro. O autor partiu da defesa que o general Pedro Labatut (1776-1849) fez ao conselho de guerra sobre as incriminações que lhe perpetrou o brigadeiro João Paulo (1788-1864). Como na primeira memória, também exige a exatidão empírica para o futuro historiador: “infelizmente para a exatidão da história, a exposição do Sr. Labatut vem confirmar esta crença e aumentar a ilusão. Ela contém mais um notável anacronismo, que a mesma exatidão histórica exige que seja corrigido” (COUTINHO, 1986, p. 3). Como em sua primeira memória, também quer que a segunda memória seja fonte para que futuramente se escreva a história. Ele igualmente quer proceder de maneira que não favoreça a nenhuma pessoa. Ademais, o livro tem como causa uma disputa político-militar entre dois generais e, assim, sua resposta não é para os historiadores, mas para políticos e militares. Isto é feito em nome dos áulicos. De novo, o autor documenta fartamente esta memória com papéis oficiais e, do mesmo modo, entra na disputa entre facções políticas:

Destas defesas e memórias tiram-se elementos com que para o futuro se escreva a história, e, contribuindo com elementos que tenho ao meu alcance, eu não quero fazer mais favor ou carga a este do que aquele; apareça cada um no lugar que devidamente lhe compete. Em aditamento à defesa do Sr. Labatut, farei a narração destas desgraçadas

operações de cima da Serra, confirmando-a com os documentos oficiais que tenho coligido. Necessariamente serei difuso e minucioso nas observações que tenho a fazer, para que o público possa formar seu juízo com todo o conhecimento de causa, não só sobre os concorrentes para a malogração desse plano, como sobre ele mesmo (COUTINHO, 1986, p. 4).

Por fim, terminou sua segunda memória com uma reflexão sobre o seu modo de escrever a história:

Aqueles que tem ridicularizado o Bosquejo Histórico poderão fazer o mesmo a este suplemento, mas com isso não destruirão as convicções que produzem narrações históricas, fundadas em documentos oficiais, cuja veracidade se não contesta; enquanto não mostrarem a falsidade de tais documentos, seus ditos de mofa não poderão destruir as impressões que elas causam no público. O Bosquejo Histórico contém uma ideia dominante – a necessidade de atacar e destruir de pronto o pequeno exército rebelde que estava seguro do lado de Viamão –; esta ideia que eu tanto sustentei, tenho-a justificado com o raciocínio e com os resultados do seu desprezo. Todos os que a desprezaram por diversos princípios não podem simpatizar com estas narrações; [...] mal pensava que dizia uma verdade, que toda a província reconhece com o exército que estava possuído daquela mesma ideia dominante no Bosquejo! [...] Se não tenho justificado a minha opinião, refutem-na (COUTINHO, 1986, p. 23).

Uma última questão importa mencionar: por que Saturnino não respeitou o critério do IHGB de não escrever sobre o passado imediato? Por que ele preferiu despertar as paixões? Por que Saturnino escrevera sobre um perigoso passado presente?

Parece que uma resposta à questão de se escrever a história imediata do Brasil monárquico, quando não era para se escrever a história imediata segundo o IHGB, pode ter, como uma possível resposta, a finalidade das duas memórias. Antes de serem históricas, a finalidade destas obras era a de serem políticas. As memórias de Saturnino eram para defender a si mesmo e a facção áulica. Saturnino não se distanciou das paixões do presente, ao contrário, entrou em seu torvelinho. Tendo ou não consciência historiográfica no momento de construção da institucionalidade historiográfica (o IHGB), Saturnino foi para a luta política aberta, e, a partir disso, é possível sustentar a argumentação de que o lugar social e as práticas historiográficas se entrelaçam de maneira diferente no Brasil monárquico (sem disciplinarização, e profissionalização da história).

Considerações Finais

Por meio da construção da ordem havia toda uma rede política, jurídica e epistêmica sobre o como abordar o passado da Farroupilha. A princípio, a trama narrativa já estava

fornecida pelo IHGB em 1838 e pelo contexto social e político do regresso conservador. Desse modo, as memórias históricas de Saturnino estão nessa ambiência.

Portanto, Saturnino usou o *Bosquejo* e *Negócios do Rio Grande* para a sua defesa e para a proteção da facção política dos áulicos que ele representava. Com isso, ele mostrou o seu entendimento do passado, que fornece lições ao presente. Além disso, ofereceu as suas duas memórias, documentadas (documentos do Estado e jornais), para que sejam fontes aos futuros historiadores. Igualmente, a intriga narrativa do *Bosquejo* e em *Negócios do Rio Grande*, que organiza a ligação dos fatos, são as divergências entre o seu sistema de guerra com o do General Manoel e o do presidente-general Andréa. Porém, a intriga é também política. É a disputa entre grupos pelo comando do Estado Imperial. Ademais, toda a sua narrativa se concentra nos episódios militares, nas batalhas, escaramuças políticas, entre militares monarquistas e os líderes rebeldes e sobre seus sistemas de guerras e a política imperial. Desse modo, a construção da ordem monárquica e a defesa dos áulicos fazem-se presentes, a partir desses elementos, em suas duas memórias históricas, pois trata-se da defesa de suas escolhas militares e políticas. Por fim, essa avaliação do trabalho “historiográfico” de Saturnino levou-me a repensar a metodologia de Certeau (2007) como tendo que ser alterada para a realidade local, isto é, o lugar social e as práticas científicas da historiografia deram-se de forma diferente da que foi postulada pelo historiador francês, pois “ser” áulico é uma dimensão epistemológica e política.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, out. 2000. p. 35-55.
- ARAUJO, Valdeir Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- BARRETO, João da Cunha Lobo. Revolução de 1835: apontamentos sobre a revolução do Rio Grande do Sul até o deplorável ataque do Rio Pardo. **Publicações do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, n. 31, 1935.
- BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. **Revista Esboços**, v. 17, n. 23, UFSC, 2010. p. 187-221.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial**. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPH, 2013.
- BRANCATO, Braz Augusto Aquino. D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal e o constitucionalismo ibérico. **Historia Constitucional**, n. 5, 2004. p. 141-159.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Elites políticas e construção do Estado. In: CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 23-47.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 83-129.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (Org.) **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 173-208.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COUTINHO, Saturnino de Souza e Oliveira. **Bosquejo histórico e documentado e Negócios do Rio Grande**. Porto Alegre: Corag, 1986.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FONTOURA, Antonio Vicente da. **Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845**. Porto Alegre: [s.n], 1928.

FONTOURA, Antonio Vicente da. [1934, RIHGRGS]. **Diário**: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Porto Alegre: Sulina; Martins; Caxias do Sul; Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1984.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **A Revolução Farroupilha (1835-1845)**: narrativas sintéticas das operações militares. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 10, dezembro, 2012. p. 32-53.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província**: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, p. 459-613, jul./set.1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil**: 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARTOG, François; REVEL, Jacques. “Note de conjuncture historiographique”. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (sous la direction). **Les usages politiques du passe**. Paris: EHEES, 2011. p. 13-24.

HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil**: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. 2.
- PICCOLO, Helga. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A Revolução Farroupilha: história & interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. (1839). **Anais da Província de São Pedro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. **Memória histórica da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Departamento de artes gráficas, 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- RICOEUR, Paul. A composição da intriga. In: RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 56-92, v. 1.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Entre a geração crítica e o giro linguístico: contribuição à história da historiografia sul-rio-grandense. In: SOARES, Antônio Antunes Soares; MARTINS, Jefferson Telles (Orgs.). **História e historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: EdiUnesc, 2019.
- RÜSEN, Jörn. Tópica – Formas da historiografia. In: JÖRN, Rüsen. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Unb, 2007. p. 17-83.
- SOARES, Antônio Antunes Soares. **Farrapos de estórias: romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SOARES, Antônio Antunes Soares. História das narrativas da Farroupilha. In: SOARES, Antônio Antunes Soares; MARTINS, Jefferson Telles (Orgs.). **História e historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: EdiUnesc, 2019. p. 33-54.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002. p. 7-23.

Notas:

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutor em História pelo PPGH/UNIFAP (2022). Professor-Pesquisador FLACSO/Brasil. Professor-Colaborador PPGHS/UEL. E-mail: fabricaoantunessoares@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-6132-803X>

² A narrativa, no caso deste artigo, reconstrói o tempo histórico no presente. Para Ricouer (2010) pela junção de um sujeito e um predicado, algo é alegado sobre o sujeito da frase e, assim, quando o romancista e o historiador narram, criam na obra o que foi a história. A narrativa – historiográfica ou literária – relata a vida de personagens em um enredo que produz a convergência a partir da divergência. Os indícios do passado, nas fontes e vestígios, adquirem sentido no enredo de uma narrativa, e, deste modo, um sentido é constituído para os fenômenos que surgem dispersos na linguagem. Assim, o mundo do texto, que a narrativa institui, é um dos lugares de sentido do passado.

³ Isso averiguado, é importante para o desenvolvimento desse artigo ter-se em consideração que para examinar a historiografia é necessário entender não apenas o seu caráter narrativo, mas também sua dimensão social e os usos políticos do passado na escrita da história. As narrativas circulam socialmente, mas não circulam livremente, elas são produzidas e transmitidas em um contexto político-social. São

escritas com uma finalidade: estabelecer uma conformação política sobre o corpo social (HARTOG; REVEL, 2001).

⁴ Outras denominações pela qual a Farroupilha é conhecida.

⁵ Nome do atual Estado do Rio Grande do Sul.

⁶ Dolhnikoff (2005, p. 85) problematiza as afirmações de Carvalho.

⁷ Foi ministro da justiça de 1837 a 1839. Para Carvalho (1999, p. 12), Vasconcelos foi político em tempo integral, respirava e transpirava política. Ocupou cargos no governo e teve uma constante atividade jornalística que na época era complemento indispensável da atuação política. Ainda segundo Carvalho (1999), foi a partir da aprovação do Ato Institucional de 1834 que Vasconcelos começou a se distanciar dos antigos companheiros moderados, sobretudo Evaristo da Veiga e o padre Feijó. Na regência de Feijó, Vasconcelos já assumiu a liderança da oposição. E nesse período assumia cada vez mais uma clara defesa do tráfico e da escravidão. Como chefe da oposição, tornou-se figura dominante no mistério de Araújo Lima. Para Carvalho (1999), Vasconcelos foi um dos esteios da centralização política do Regresso na Regência e, depois, no Segundo Reinado.

⁸ Sobre a composição social e a ideologia política do Partido Conservador e Liberal, ver: CARVALHO (2012, p. 95).

⁹ Um exemplo é o debate sobre a questão indígena. Ver: GUIMARÃES (2011).

¹⁰ Sobre a indistinção entre atividades políticas e intelectuais no século XIX brasileiro, ver: ALONSO (2000).

¹¹ Conforme Guimarães (2011), os historiadores do IHGB não eram historiadores de formação, mas juristas, militares, médicos ou políticos. Esses homens se definiam como literatos. Tanto Raimundo José da Cunha Matos como Januário da Cunha, fundadores do IHGB, eram servidores do Estado.

¹² Numa sociedade de estrutura social impermeável, o serviço público representava a única possibilidade de ascensão social. Assim, o sinal distintivo dessa elite intelectual e política era a trilha no serviço público. É o Estado que confere importância aos letrados e a historiografia.

¹³ Para Guimarães (1995, p. 498), do perfil do elenco do IHGB por ela analisado, duas palavras o caracterizariam: “dependência e lealdade. À Coroa e ao imperador”.

¹⁴ Assim, é importante “constatar que cabe à história uma função com correspondentes consequências político-pragmáticas para o presente e o futuro” (GUIMARÃES, 2011, p. 125).

¹⁵ “Na historiografia embasada em princípios conservadores [...] história e política se entremeavam. Noutras palavras, questões políticas norteariam a interpretação da história e instrumentalizavam a história para fins políticos” (GUIMARÃES, 2011, p. 257).

¹⁶ Assim sendo, os letrados eram engajados no projeto de uma historiografia que fornecesse um passado para a nação em construção. A nação brasileira é compreendida como se já fizesse parte do núcleo do passado. Só esperando a independência para emergir.

¹⁷ Para Guimarães (1995, p. 527), “afora o objetivo de coletar documentos para a História do Brasil [...] Deveriam colher subsídios que auxiliassem o governo na demarcação dos limites da soberania do país [...] Independente desde 1822, o Império desconhecia suas fronteiras”.

¹⁸ Para Guimarães (1995, p. 535), “naqueles rincões meridionais a chamada ‘República de Piratini’ envolvia estancieiros e charqueadores, com complicações internacionais. ‘Briga de brancos’ [...] Por motivos óbvios, os relatórios, ou mesmo as simples lembranças do cronista oficial da última fase da Farroupilha, não seriam impressos na *Revista*”.

¹⁹ Para Cezar (2003), a historiografia do século XIX se caracterizou pelo seguinte: a) uma história pedagógica, uma *historia magistra vitae* calculada; b) o combate aos inimigos do Império; c) a missão do historiador é tornar o Brasil conhecido e visível aos próprios brasileiros.

²⁰ Jaime II (1633-1701) foi rei da Inglaterra, Escócia e Irlanda de 1685 a 1688.

²¹ E todos eram estabelecidos na Capital do Império (GUIMARÃES, 1995).

²² O cônego Januário, antes de assumir como secretário, pouco tempo antes fora demitido do cargo de diretor da Tipografia Nacional pelo ministro e inimigo político Bernardo Vasconcelos.

²³ Em 1839, o Visconde de São Leopoldo publica *Anais da Província de São Pedro*. O livro não trata da Farroupilha, mas seu autor não deixa de comentá-la. Ver: PINHEIRO (1982, p. 175-176).

²⁴ Pontes escreveu em 1841 um importante texto para o IHGB intitulado “Quais os meios de que se deve lançar mão para se obter o maior número possível de documentos relativos à história do e geografia do Brasil?”, mas em relação a Farroupilha ficaria conhecido com o escrito “Memória histórica sobre as causas e acontecimentos que mais imediatamente antecederam a sedição de 20 de setembro de 1835”. Segundo Hruby (2012, p. 196), “permaneceria escrita a mão no Acervo do Arquivo Público do Império e com cópias espalhadas por outros estabelecimentos durante quase cem anos. Datada de 21 de abril de 1844 (Rio de Janeiro)”. A memória de Pontes (2006) não foi publicada na época de sua escrita.

²⁵ Se o IHGB foi responsabilidade dos áulicos, outro lugar de memória no Império, o Arquivo Nacional foi responsabilidade do Bernardo Pereira de Vasconcelos. O Arquivo Nacional foi fundado em 2 de janeiro de 1838. Portanto, antes do IHGB, que foi em 21 de outubro. Para Guimarães (1995, p. 474), “esta duplicação de meio para fins idênticos nos levaria a imaginar se a Sociedade Auxiliadora não estaria patrocinando o que hoje em dia denominaríamos de ‘entidade alternativa’, ou quem sabe, uma espécie de ‘arquivo paralelo’, organizado pelos opositores do ministro Vasconcellos”.

²⁶ Sobre a condição do historiador no Brasil do século XIX entre ciência e política, ver: CEZAR (2018).

²⁷ Algumas memórias históricas que não foram publicadas logo após sua escrita e dormitaram nos arquivos pessoais ou públicos e não tiveram repercussão em sua época de produção foram: FONTOURA (1928, 1984) e BARRETO (1935).

²⁸ A “Revista representava a palavra oficial do grêmio” (GUIMARÃES, 1995, p. 558).

²⁹ Não se pode esquecer que um dos objetivos do IHGB, em seu artigo 1º, era: coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários à história.

³⁰ Falta uma biografia sobre Saturnino Coutinho. O material que há sobre ele é genérico e esparso. Uma biografia sobre ele é de suma importância para a historiografia da Farroupilha.

³¹ Ver CARVALHO (2003), capítulo “Unificação da elite: uma ilha de letrados”.

³² É importante perceber a data que Saturnino assume a presidência da Província, pois Vasconcelos deixara o ministério em abril de 1839.

³³ O título do texto é muito significativo da historiografia da época. Segundo o dicionário Michaelis, há três significados para *bosquejo*: 1) derivado das artes plásticas, quer dizer um desenho rápido, geralmente sem pormenores, que se constitui na base inicial para a criação de uma obra, isto é um esboço; 2) a primeira versão de uma obra intelectual; 3) derivado da literatura, uma descrição superficial de algo, um resumo, uma síntese. O significado que mais alude ao texto é o primeiro, isto é, a ideia de um esboço, para que os futuros historiadores possam fazer a historiografia com mais minudências. Isso confere com o objetivo do IHGB à época: coligir e arquivar informações para os futuros historiadores; *Histórico*, ora é um esboço, ora um primeiro desenho de um fato passado; *Documentado*, o primeiro esboço sobre o passado da Farroupilha, é documentado, isto é, não é uma invenção, ao contrário, é uma operação epistêmica do procedimento científico da historiografia. Usa de uma operação reconhecida como segura e verossímil para asseverar como o passado aconteceu. Em síntese, Coutinho sabe a maneira de proceder do IHGB, com o livro somente quer oferecer um vislumbre (mesmo que documentado) sobre a Farroupilha. Mas claro que aí não está a dimensão política do livro, que é o seu não dito.

³⁴ Para Araujo (2008, p. 152), “é o documento a única fonte de verdade. Sem sua positividade seria impossível ao historiador rebater as falsas opiniões, até mesmo a sua, quando, em certas circunstâncias, possa estar influenciado pelas disputas e preceitos. Por isso, a principal tarefa do IHGB era

indubitavelmente a crítica documental. É por ela que essa nova figura do letrado-historiador pode reivindicar um controle da verdade e, assim o fazendo, se qualificar como servidor e guia do Estado [...] e a verdade agora passa a se identificar com fato-documento”.

³⁵ Sobre a escrita da história como exemplo, ver: KOSELLECK (2006) e RÜSEN (2007).

³⁶ A memória de Saturnino contém, também, tabelas e citações de outros livros que dão suporte às suas análises militares. A documentação que o autor usa no livro é toda de documentos oficiais do Estado.

³⁷ Em 1840, Vasconcelos, antes do advento da maioridade, ficou nove horas como ministro do governo. Vasconcelos nunca mais voltou para um ministério. Para Carvalho (1999, p. 30), “provavelmente a razão tinha a ver com Aureliano Coutinho, presença dominante nos primeiros anos do Segundo Reinado e grande desafeto de Vasconcelos, com quem tivera sério atrito durante a regência”. Aureliano publicou um panfleto em 1835 contra Vasconcelos denominado “A impostura do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos desmascarada”. Também “a oposição de Vasconcelos ao golpe da maioridade também não deve ter servido de recomendação perante o jovem monarca e seus áulicos” (CARVALHO, 1999, p. 30). Vasconcelos apoiou o gabinete de Araújo Lima de 1848. A vitória do regresso fora total e Vasconcelos desempenhara papel importante no campo político e institucional. Para Carvalho (1999), Vasconcelos foi admirado, temido e odiado, não deixou ninguém indiferente à sua passagem.

³⁸ “O Sr. general Andréa, enquanto os rebeldes não começaram movimentos ofensivos, conservou o exército no mesmo estado, nas mesmas posições em que recebeu do seu antecessor. Na sua ordem do dia de entrada, o Sr. Andréa preferiu solenemente a sua *sentença condenatória* das minhas opiniões sobre as operações, *prometendo que em tudo e por tudo seguiria os planos do Sr. Manoel Jorge*” (COUTINHO, 1986, p. 125-126).

³⁹ Saturnino Coutinho deixara pela primeira vez a presidência da província um mês antes do golpe da maioridade e assumira a presidência pela segunda vez oito meses após a maioridade de D. Pedro II.